

**GESTÃO DOS RELACIONAMENTOS:
A EMERGÊNCIA DAS SOCIABILIDADES EM CLUBES E
ASSOCIAÇÕES**

**MANAGEMENT OF THE RELATIONSHIPS:
THE EMERGENCE OF THE SOCIABILITIES IN CLUBS AND
ASSOCIATIONS**

Saulo Tavares Mota¹

RESUMO: Determinadas alterações nas políticas econômicas da Europa e do Brasil parecem ter composto cenários que viabilizaram condições de possibilidade historicamente datadas para a emergência de clubes e associações, que engendraram formas de se relacionar muito precisas e presentes ainda no século XXI. Pretende-se analisar o modo como as transformações políticas e econômicas, historicamente datadas, na Europa e no Brasil, interferiram nas formas de se relacionar viabilizando a emergência dos clubes e associações, investigando o modo como provocaram e/ou configuraram condições de possibilidade para a emergência de tais formas de se comunicar e se relacionar. O liberalismo se estabeleceu também no Brasil de tal modo a fazer com que os sujeitos não só aprendessem a (con) viver e (re) produzir estratégias de separação, de gestão dos relacionamentos e de individualização, mas que passassem a reivindicá-las nos mais diversos aspectos da vida cotidiana.

Palavras-chave: Liberalismo. Sociabilidades. Brasil. Individualização.

ABSTRACT: Certain changes in economic policies in Europe and Brazil seem to have composed scenarios that enabled historically dated conditions of possibility for the emergence of clubs and associations, who engineered ways to relate very precise and still present in the XXI century. The aim of this study is to examine how the historically dated political and economic transformations in Europe and Brazil interfered in ways to relate enabling the emergence of clubs and associations, and investigating how the conditions of possibility for the emergence of such forms to communicate and to relate are provoked and configured by this transformations. Liberalism during the early 19th century in Brazil did make the people not only learn to (con) live and (re) produce strategies of separation, of management of relationships and individualization in clubs and associations, as to did make they spent to claim such strategies in much more aspects of everyday life.

Keywords: Liberalism. Sociability. Brazil. Individualization.

¹ Doutorando em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP. E-mail: saulotmota@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A emergência de determinadas formas de se comunicar e se relacionar parecem ter coincidido com certas transformações políticas e econômicas no século XIX. Em países europeus e no Brasil, alterações na política econômica parecem ter composto cenários que viabilizaram condições de possibilidade historicamente datadas para a emergência de clubes e associações, que engendraram formas de se relacionar muito precisas e presentes ainda no século XXI. Tanto Alemanha como França, Espanha, Portugal, dentre outros, iniciaram sua cultura de clubes e associações articulando e justificando tais práticas de maneiras distintas. Esses moldes de sociabilidade adquiriram certa visibilidade em algumas regiões da Inglaterra ainda no século XV, mas ganharam maior repercussão no país somente nos séculos XVII e XVIII. Os objetivos de cada associação variavam, mas mantinham um caráter bem genérico de sociabilidade que tendeu a estabelecer-se em grande parte da Europa às reflexões políticas, às discussões literárias, trocas econômicas ou ainda aos lazeres das classes mais abastadas. (LENZ, 2002; CHARTIER, 2009).

Clubes e associações abrigavam sociabilidades que se eximiam de certas normas e objetivos sociais, ao mesmo tempo em que as subordinavam às regras estabelecidas em seu interior. Ignoravam laços familiares, estabeleciam seus moldes sem programações, iniciações ritualísticas, sigilos e tampouco se remetiam a compromissos fraternos ou com pessoas específicas, condicionando sua participação unicamente a um código de conduta idêntico a todos os membros, desprovido de qualquer imposição de relações ou posições preferenciais a nenhum deles. “A convivialidade libera-se das obrigações da amizade e da família”. (CHARTIER, 2009, p.466; AYMARD, 2009). Nesse estudo pretende-se analisar o modo como as transformações políticas e econômicas, historicamente datadas, na Europa e no Brasil, interferiram nas formas de se relacionar viabilizando a emergência dos clubes e associações, e o modo como provocaram e/ou configuraram condições de possibilidade para a emergência de tais formas de se comunicar e se relacionar.

UMA POLÍTICA ECONÔMICA LIBERAL

Até o século XVI acreditava-se que o preço de uma mercadoria tinha de ser suficiente para cobrir os custos diretos de produção dos artesãos e permitir um retorno sobre seu labor, mas somente o suficiente para manter o estilo de vida adequado e tradicionalmente reputado de um artesão. Além das restrições impostas ao comércio externo, os países europeus ocidentais empenhavam ainda, diversas regulações aos processos de produção e na qualidade dos produtos internos. Na França, Luis XIV impunha técnicas de produção específicas e amplas medidas de controle de qualidade. Media-se a largura das peças de tecido e o número preciso de fios destes produtos era rigidamente determinado e fiscalizado. O governo inglês centralizou o treinamento dos trabalhadores da indústria, suas condições de emprego e a locação da mão-de-obra, segundo a tarefa e ocupação específica, determinando salários e qualidades necessárias às mercadorias. Tais regulações incidiam diretamente nas formas de se sociabilizar e comunicar através de organizações sociais chamadas “*corporações de ofício*”. Surgidas na Idade Média, estas corporações comerciais, ou “*guildas*”, tratava-se de associações de pessoas que exerciam uma mesma atividade profissional, sendo estes artesãos, alfaiates, sapateiros, ferreiros, artistas plásticos, dentre outros; que se dividiam em mestres, companheiros e aprendizes, mantendo em seu interior, os segredos de seus ofícios. (SOUZA, 1999; 2003; HUNT, 2005).

No século XVI tais corporações passaram a se organizar como sistemas parcialmente fechados e severamente fiscalizados pelo governo, que tinham o escopo de proteger o *status* e a renda dos mestres de corporação, limitando o número de aprendizes e de artífices que pudessem se tornar mestres futuramente. Como efeito, os mestres passaram cada vez mais a organizar e administrar os processos produtivos, deixando de ser simples trabalhadores que atuavam ao lado dos aprendizes e artífices, e assumindo a posição de empregadores, com relação aos artífices, que passaram a ser trabalhadores contratados, sem muitas expectativa de virem a se tornar mestres. Regulava-se, portanto no interior destas corporações, os objetos a serem disponibilizados no mercado, seu modo de produção, sua origem, quanto aos direitos a serem tributados, os procedimentos de

venda e os preços estabelecidos. A regulação do preço atendia estritamente às necessidades e à posição social dos comerciantes e às possibilidades dos consumidores, caracterizando o mercado como um lugar de justiça distributiva. Todas essas intervenções regulatórias eram pensadas como manutenção de costumes, procedimentos de enriquecimento do tesouro, ou até mesmo como estratégia para impedir revoltas urbanas, motins, descontentamentos, dentre outros. (FOUCAULT, 2008a; 2008b; HUNT, 2005).

Assim, a complexidade e a rigidez dessas regras de mercado inibiam a iniciativa individual da maioria dos comerciantes em buscar lucros e aquisições, aspecto que era cada vez mais imprescindível para o desenvolvimento econômico das cidades e dos Estados. Os indivíduos ansiavam pela liberação das trocas e acessos econômicos e do opróbrio moral da Igreja Católica. (HUNT, 2005). Como contornar estes entraves que acabavam por inibir os comerciantes a buscar lucros e aquisições? Como cada um deles poderia ser liberado dessas barreiras morais e institucionais? John Locke (2005) publicou, ainda no final do século XVII, sua tese de que a propriedade privada é um direito natural, a partir de sua obra *Dois tratados sobre o governo*, produzindo um construto teórico que serviu como instrumento efetivo para a realização das transformações já há tempos almejadas. (CHAUI, 2000). Locke (2003) justificava a hipótese de que a propriedade privada era um direito natural atribuindo-lhe uma origem divina. O filósofo partia da ideia de que Deus era um artífice cuja obra era o mundo, e este pertencia a Deus como propriedade divina. Tendo criado o homem à sua imagem e semelhança, Deus disponibilizou sua obra para que nela reinasse e, ainda que tenha expulsado sua mais bela criação do Paraíso, não havia lhe retirado o domínio do mundo, apenas teria estabelecido que homem o retomaria com o suor do rosto, com seu esforço. Assim, Deus teria instituído na criação do mundo, o direito natural como resultado do trabalho de cada homem. (LOCKE, 2005; CHAUI, 2000).

Conquanto todas as outras criaturas sejam comuns aos homens, cada um tem em sua própria pessoa uma propriedade a qual ninguém mais tem direito algum, argumentava Locke (2005), de tal maneira que o trabalho de suas mãos é também sua propriedade. Assim, qualquer coisa que um homem retire do estado com que a natureza proveu, se mistura a seu trabalho juntando-se a tudo que é seu,

transformando-se, portanto, em sua propriedade. “Por ser esse trabalho propriedade inquestionável do trabalhador, homem nenhum além dele pode ter direito àquilo que a esse trabalhador foi agregado”. (LOCKE, 2005, p.409). Todavia, a medida do acúmulo de bens e riquezas ainda precisava ser vigiada. Se antes sua razão estava fundada no número ou extensão das posses suficiente para manter as condições de existência coerentes com o segmento social a que se pertencia, agora se fundava na utilização de cada uma das partes destas posses. Era preciso cuidar a partir daquele momento para que não se acumulasse mais do que se pudesse usar ou tornar útil, sendo tolice e desonestidade acumular mais do que se poderia utilizar. Instituíam-se a responsabilidade de fazer-se útil e tornar útil àquilo que se acumulava, de tal forma que a falta ou excesso de acúmulo de bens era de estrita responsabilidade de cada um. A condição de pobreza seria portando por falta de esforços necessários ao acúmulo de bens e riquezas ou negligência na utilização destes. (LOCKE, 2005).

Nos anos consecutivos, pacífica ou atrozmente, plácidas ou sanguinolentas, revoluções pulularam, a partir do século XVII, em nome desses novos ideários. Na Inglaterra setecentista a intitulada Revolução Gloriosa impediu os planos absolutistas do rei Jaime II, da dinastia Stuart, em conduzir o país nos rumos da doutrina católica, a partir de uma manobra política que o substituiu pelo protestante príncipe Guilherme, da Holanda. Naquele período a maior parte das classes sociais estava unida contra a coroa. A burguesia não confiava em Jaime II e não iria tributar-lhe seu dinheiro, pois sabia que seu governo seria hostil ao desenvolvimento econômico. Em 1640, a Inglaterra era dominada pelos senhores de terras e as relações de produção eram na maior parte feudais, ainda que um vasto setor capitalista já manifestasse seu anseio por expandir-se, e cujo crescimento estava ameaçado pela Coroa e pelos senhores feudais. Como no resto da Europa os pequenos artesãos perdiam cada vez mais força e autonomia devido à alta geral dos impostos e monopólios de mercado, dos mercadores e nobres rurais, de tal maneira que não se constituía de uma guerra de ricos, uma vez que todos os setores da sociedade se viam em tal batalha a condição necessária para o progresso social e intelectual. (HILL, 1981).

A Revolução Gloriosa, ou Revolução Sem Sangue, baseou-se num contrato secreto entre o parlamento Inglês e o príncipe Guilherme de Orange, que visava à completa submissão do novo rei às leis ditadas pelo parlamento. Caracterizou-se assim muito mais por um golpe de Estado, apoiado por diversos segmentos sociais, do que por uma revolução tracionada por guerras, invasões, confortos truculentos ou sanguinolentos. Em junho de 1688, o rei tomou sua posse sob o título de Guilherme III, estabelecendo um novo lugar aos grandes proprietários e burgueses do Reino Unido. A partir daí, os monopólios e o controle massivo da indústria e do comércio perderam cada vez mais força, e as guildas e leis regulatórias dos aprendizes se extinguiram. Liberados, comércio e indústria encontraram infundáveis caminhos para se expandir. (HILL, 1981). Menos passivas e plácidas, as Revoluções Liberais Norte Americana e Francesa partiram energicamente dos ideários adotados na Inglaterra para alcançar independência e Liberdade, Igualdade e Fraternidade. (CHAUI, 2000). Concomitantemente a tais acontecimentos, que mudanças no funcionamento do mercado podem ser destacadas? Que relação tais mudanças possuem com as formas de se relacionar dos indivíduos nos clubes e associações? E de que maneira tais apontamentos contribuem para a análise pretendida neste estudo?

MERCADO LIBERAL E TROCAS ESPONTÂNEAS

Para Michel Foucault (2008a), a partir do século XVIII o mercado, na Europa, passou a funcionar cada vez menos como um lugar de jurisdição e a obedecer cada vez mais a mecanismos espontâneos. Se antes o mercado vinha sendo um lugar onde devia aparecer na troca e na formulação dos preços, a justiça, a jurisdição, a partir deste período passou a operar através de mecanismos espontâneos. Abandonavam-se cada vez mais as regulamentações dos modos de fabricação, dos objetos a serem oferecidos ao mercado, à sua origem, bem como as interdições sobre os preços. Nesse sentido, quanto mais se permitia aparecer e agir tais mecanismos espontâneos, mais se viabilizava a formação de certo preço que exprimia uma relação cada vez mais adequada entre o custo da produção e a

extensão da demanda, um determinado preço que passaria a oscilar de acordo com o valor do produto. (FOUCAULT, 2008a).

A formação de tal preço, cada vez mais adequado e funcional ao mercado, permitiu que as teorias da relação entre valor e preço, edificadas nos discursos de certos economistas da época, passassem a indicar que o mercado poderia revelar “*verdades*”. A adequação dos preços aos mecanismos do mercado estabeleceu aos poucos padrões de verdade que permitiram discernir práticas governamentais adequadas e inadequadas. Ou seja, o mercado, que entre os séculos XVI e XVII havia sido objeto privilegiado de interdição do Estado e de um mercantilismo que tinha o comércio como um dos principais espaços de aplicação da força do Estado, no século XVIII passou a ocupar um lugar de verificação. Nesse sentido, entendido simultaneamente como mecanismo de trocas e lugar de verificação, o mercado passou também a se articular à elaboração do poder público, bem como a influenciar a medida de suas intervenções, regidas por um princípio de utilidade. Pois bem, como afirma Foucault (2008a), a categoria geral que se firmou como princípio tanto da troca, que precisava ser respeitada no mercado, como da utilidade, que regularia as atividades do poder público, que deveriam ser exercidas somente onde fossem precisamente úteis; é o interesse. Foi no próprio século XVIII que Adam Smith (2005) aventou, na obra *A Riqueza das Nações*, a teoria da *Mão Invisível* do mercado afirmando que para que os interesses coletivos fossem atendidos, não era necessária uma instância coordenadora, mas sim que cada um obedecesse aos seus interesses pessoais, já que a mão invisível do mercado trataria de fazer com que os interesses de todos fossem garantidos.

Para Michel Foucault (2008a) esse homem que passa a obedecer aos seus interesses, e cujos interesses convergem espontaneamente com os interesses dos outros, foi um certo tipo de sujeito que permitia, quando não reivindicava, que uma certa arte de governar se regulasse de acordo com o princípio da economia, da utilidade, um tipo de sujeito que, permitindo que uma certa governamentalidade passasse a agir sobre o meio e a modificar sistematicamente suas variáveis, tornou-se a base da razão governamental que se formulava naquele momento. Para investigar o aparecimento e as características desse sujeito, Foucault (2008a) recorre à teoria de sujeito presente nas obras dos filósofos ingleses John Locke e

David Hume, apontando o que considerou sua maior contribuição para a filosofia ocidental, isto é, a proposição de um sujeito não mais definido pela sua liberdade, nem pela divisão corpo e alma, nem por um enfoque marcado pelo pecado, mas como sujeito de opções individuais simultaneamente, irreduzíveis e intransmissíveis. Irreduzíveis porque não remetem e não podem ser reduzidas a nenhum juízo, raciocínio, cálculo, como o caráter doloroso de um doença, por exemplo, sobre porque esta é dolorosa em um determinado sujeito, ou sobre o quão dolorosa é ou deve ser considerada; e intransmissível porque nada nem ninguém poderá obrigar o sujeito a considerar que uma opção deve ser preferível à outra. *“Esse princípio de uma opção individual, irreduzível, intransmissível, esse princípio de uma opção atomística e incondicionalmente referida ao próprio sujeito – é isso que se chama interesse.”* (FOUCAULT, 2008a, p. 372).

Assim, do lado do mercado, a troca precisava atender interesses em prol do aumento das riquezas, do lado do poder público, o interesse, que já não se configuraria como aquele do Estado completamente referido a si mesmo, visando unicamente sua riqueza, sua força, seu crescimento; deveria atender a *“interesses”*. Trata-se de uma relação complexa entre interesses individuais e coletivos, onde esta nova forma de se governar lida com interesses ou com elementos e situações que interessam a certo indivíduo, ou ao um coletivo. Como efeito, os governos liberais passaram a se preocupar crescentemente com aquilo e com aqueles que são indesejáveis, afastando-os e tornando-os conformes aos interesses. Nesse sentido também, uma série de medidas como internamentos e reclusões passaram a ser praticadas, assim como uma série de medidas para tornar os indivíduos cada vez mais úteis, conformes a interesses individuais e coletivos nas sociedades europeias. Nestas sociedades em que os interesses se tornaram princípio de troca e critério de utilidade, a troca passou a determinar o valor das coisas; e a utilidade parece ter ocupado, crescentemente, lugar fundamental na vida cotidiana, tanto nas práticas e intervenções do governo, quanto nas relações estabelecidas entre indivíduos. (FOUCAULT, 2008a).

LIBERALISMO NO BRASIL: AS VOZES DA IMPRENSA OITOSSENTISTA

O que realça a gloria de S. A. R.² he que, tendo o Conquistador da França, (emulando ao Vencedor de Dario) proclamado em 1806 em Ulm que pertendia estabelecer o reino das idéas grandes , liberaes e generosas, a fim de minorar o ódio das suas usurpações e cruezas, nada com tudo praticando senão aleivosias, e horribilidades, S. A. R., sem ostentação, nem estrepito, e tumulto, firmou no Brazil os genuínos Princípios da Sociabilidade offerecendo a participação dos seus beneficios á todos os industriosos estrangeiros, que pertendão viver sob a Lei da Humanidade, e regimen regular: e em quanto a atroz gallomania continua em suas devastações sem limites, ameaçando geral pobreza , e privação das doçuras da vida no corte do Commercio Marítimo, enthronisando o Alcorão Prohibitivo, inutilisando as descobertas das três partes do Mundo , e vedando os portos da Europa á Nação mais rica e industriosa do Norte; o amável Principe Lusitano franquea as suas bahias, enseadas, portos, e terras á todos os amigos da mutua communicação dos dons da Natureza e Arte de todos os paizes, certo de que o Commercio he o Universal Civilizador, e a esperança do Orbe segundo a Sentença do mais sábio dos antigos Reis. ()³ (LISBOA, 1810, p.18)*

Com a licença do príncipe regente, e senhor, D. João VI, José da Silva Lisboa publica as “*Observações Sobre a Prosperidade do Estado Pelos Liberaes Princípios da Nova Legislação do Brazil*” no Rio de Janeiro, em 1810. Tratava-se de uma impressão Régia, concedida e aprovada pela corte portuguesa, que tinha o escopo de endossar o novo sistema de administração, que sucedia o sistema colonial e que se apoiava numa legislação econômica de princípios liberais, considerados os mais próprios para felicitar os povos do continente americano. No texto, Lisboa (1810) afirma que a base da prosperidade das nações se firma no modo como se estabelecem as leis e que, portanto, sabendo-se da arduidade da tarefa de persuadir de forma geral a população sobre sua utilidade, pareceu-lhe conveniente oferecer uma paráfrase das principais partes da nova legislação: “*Com observações sobre a importância das providencias que o nosso Soberano tem*

²“S. A. R, o PRÍNCIPE REGENTE NOSSOSENHOR”. (LISBOA, 1810, p.13)

³A nota de rodapé indicada neste trecho do documento é: “Alexandre Magno fundou Alexandria no intento de servir de entreposto ao Commercio das partes do mundo então conhecidas”. (LISBOA, 1810, p.19).

dato para a salvação e felicidade do Reino e Estados Ultramarinos". (LISBOA, 1810, p. 11).

Tal expediente, nas palavras de José Lisboa, se justifica por ser do interesse público, para a energia da indústria nacional, progresso da riqueza e atividade do serviço real, de tal forma a serem tais princípios da ciência econômica, absolutamente necessários para que os fiéis vassallos do Soberano pudessem o servir melhor e para que o Brasil pudesse se encontrar em condições de adotar os princípios erigidos na carta régia de 28 de janeiro 1808, que determinava que se abrissem os portos às nações que estivessem em paz e harmonia com a coroa. Lisboa (1810) considerou deveras importante enfatizar os motivos e a utilidade das novas medidas reais, bem como os males contra os quais se pretendia empenhar a salvação da nação.

E para consolidar a confiança de todas as Gentes, dá o nobre exemplo, sem igual, de huma Política illuminada, immovel, digna da pureza de hum coração, em que a probidade tem o seu throno, e própria do especial Character de hum Príncipe, que concentra as affeições de seu povo; política necessaria, e consagrada pela rectidão hereditária da Coroa Portugueza, pela lealdade dos timbres Nacionaes, e pela evidencia das vantagens, da União na Grande e indivisível Causa da resistência ao Inimigo commum. Felizmente vemos o Gênio Tutelar da Nação por assim dizer abraçado com o Soberano da Gram Bretanha, que não segue , mas antecipa os successos; e que está dando ao Universo o assombroso espectáculo do que pode a Boa Fé contra a Perfídia, e a Razão contra hum systema monstruoso, que tende a excluir o Continente Europeo do Mappa do Mundo civilizado. Ser intimamente tinido com o Governo Britannico, he entrar em companhia com a Verdade, Honra, Independência, Sabedoria, Riqueza e Invencibilidade, isto he , com tudo que dá força, grandeza, e duração aos Impérios. Estes são (e devem ser sempre) os sentimentos cordiaes e exaltados de todo o Portuguez, que ama a seu Príncipe, e a Nação. Todas as causas, que constituem as alianças naturaes e perpétuas, operão agora com centuplicada energia nos dous Estados Amigos. Nenhum ciúme mercantil, nenhum receio de conflicto de duas Potências marítimas, que possuem distantes e immensos territórios podem jamais afrouxar os vínculos de Interesses tão identificados, e tão conspirantes á mutua segurança de seus Reinos, á salvação da Europa, e á philanthropia da Sociedade. Tão gloriosa união he a que resguarda a America da arribação das Harpyas Corso-gallas que, mais furiosas que as do México, intentão corromper com o seu pestifero bafo o Ceo benigno dos Trópicos, e vir devorar as searas dos

pacíficos lavradores, que ignorão suas artes, e que detestão não menos a Salvajaria revolucionaria que a fraude, já proverbial, do nome francez. (LISBOA, 1810, p.18)

Lisboa (1810) não poupou ênfase no contraste por ele aventado entre o que chamou de o “*Justo Sistema Político Lusitano*” e o que considerava o “*Despótico Regime Militar do Império Frances*”, atribuindo à sua publicação a função de memória daqueles tempos, e um caráter de monumento à justiça e coerência da coroa portuguesa. Declaradamente, seu escopo era despertar nos corações os sentimentos de honra necessários à defesa do trono lusitano, empenhando-se em apontar em cada nova medida do soberano os benefícios de sua decisão.

Huma exposição simples do quanto S. A. R. tem feito em beneficio do Brazil, e não menos do Reino (quanto era possível nestes calamitosos tempos, em que o ímpio Usurpador não deixa a ninguém gozar da vida, nem dispor dos fructos de seus trabalhos, espoliando até a propriedade pessoal dos homens e o doce nome de pátria, onde toca o seu sceptro de ferro) será bastante para indicar os títulos, que tem á apothese da Gratidão Publica. (LISBOA, 1810, p.18).

Em contraponto à imagem benevolente do príncipe regente do Brasil retratada nas publicações régias realizadas por Lisboa, haviam as publicações do Correio Brasiliense, produzido por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça desde 1808, que se posicionava de forma a apontar possíveis injustiças de Portugal com relação ao Brasil:

Neste parographo só notaremos a sua conclusão; porque ella mostra a injustiça com que em Portugal se pensa a respeito do Brazil. Diz elle, que, em 1820, se libertou Portugal da vil condição de ser colônia do Brazil. Ora isso, a que chamam vil condição de colônia, não consistia senão em residir El Rey no Brazil ¿E porque não se considerarão os Brazilienses na vil condição de colônia, decretando as Cortes, que El Rey resida *in eternum* em Liboa? Se assim se considerarem não farão mais do que seguir a lição, que lhe dam os Portuguezes nessas expressoens. (CORREIO BRASILIENSE, 1822, P.238)

Além do como era retratada a relação entre Portugal e Brasil, Hipólito Mendonça (1822) remetia-se ainda às interações comerciais e econômicas entre os países:

He bem ridículo, na verdade, ver um pequeno Estado, como Portugal, pobre, sem agricultura, sem marinha, sem fabricas, sem commercio, sem que as rendas cheguem para as despezas ordinárias, e ainda em cima com uma grande divida, offerecer protecção ao Brazil!!! Mas supponhamos, que Portugal podia offerecer alguma protecção ao Brazil, ¿para que precisa delia o Brazil? Dizem que nenhuma potência Europea ou Americana tem interesse em prestar auxilio ao Brazil, porque este não pode offerecer-lhe compensação alguma. Melhor disseram, que nenhuma potência Europea ou Americana tem interesse em atacar ou guerrear o Brazil; porque em tal guerra não acharia compensação; logo se não ha potência, que tenha interesse ou razão em guerrear o Brazil, essa offerecida protecção he inútil, por desnecessária. (CORREIO BRASILIENSE, 1822, P.240)

Se por um lado aqueles simpáticos à coroa portuguesa podiam ler e concordar com sua figura nas impressões régias, aqueles que discordavam da postura do príncipe regente podiam encontrar nas impressões do Correio Brasiliense possibilidades de questioná-la. Contudo, o que tanto os leitores das Impressões Régias quanto do Correio Brasiliense iriam encontrar em ambas as publicações era a referência à utilidade das medidas do Estado, bem como ao custo benefício das trocas, relações, interações, conexões etc. S.A.R era retratado por Lisboa (1810), na Impressão Régia, como um soberano benevolente porque permitia aos súditos gozar da vida, dispondo livremente dos frutos de seu trabalho e de sua propriedade pessoal. Em sua perspectiva, o soberano buscava estabelecer o reino das ideias liberais e generosas, indicadas como grandes ideias e entendidas como combativas às usurpações, através do que foi entendido como os *“genuínos Princípios da Sociabilidade”*, referindo-se à relação entre o soberano que comandava o Brasil, e as demais nações. No relato, este oferecia a participação dos benefícios aos estrangeiros, que pretendessem viver sobre o que Lisboa (1810) chamou de *“Lei da Humanidade”* e *“regime regular”*; franqueando suas bahias, enseadas, portos a todos aqueles que também se dispusessem a comunicar, trocar, dons da natureza e da arte, independente de sua nacionalidade, atribuindo ainda ao comercio o estatuto de *“Universal Civilizador”*. A benevolência e a generosidade

de S.A.R. retratadas na publicação demandavam imediatamente certa conduta dos estrangeiros. Era necessário também se dispor a trocar recursos, a se adequar a certas leis e normas gerais de comportamento, era preciso prestar concurso para desfrutar de sua benevolência e da generosidade. (LISBOA, 1810).

Diferentemente, Hipólito da Costa (1822), marca como incoerente a oferta de proteção ao Brasil por parte de Portugal, justificando tal afirmação na medida em que retratava Portugal como um país desprovido de certos recursos considerados por ele como essenciais para tal empreitada, ou seja, como um país sem agricultura, sem fábricas, sem comércio, sem marinha e com grandes dívidas. Além disso, descreve a relação do Brasil com os países da América e da Europa, ressaltando sua perspectiva de que estes não se dispunham a ajudar o Brasil justamente porque o país não teria como oferecer a compensação necessária e que justamente por isso não seria atacado pelas grandes potências da Europa e da América, não havendo interesse ou razão para guerrear com o Brasil. Logo, a proteção oferecida por Portugal era também inútil e desnecessária.

Estes impressos compunham o conjunto de saberes e verdades que viabilizavam e conduziam certas formas de as pessoas pensarem a si próprias e aos outros a partir dos parâmetros liberais, da governamentalidade liberal, de forma explícita e implícita. Nestas publicações é possível identificar um conjunto de enunciados e práticas relativos “às *semelhanças e às diferenças entre os seres, sua estrutura visível, seus caracteres específicos e genéricos, sua classificação possível, as discontinuidades que os separam e as transições que os unem*”. (FOUCAULT, 1972, p.218). Neste conjunto de enunciados e práticas entendidas como “*Positividades*” por Michel Foucault (1972), os elementos encontrados podem não constituir uma ciência, com uma estrutura formal definida; também podem não se constituir como conhecimentos, estritos; mas constituem “*aquilo a partir do que se constroem proposições coerentes (ou não), desenvolvem-se descrições mais ou menos exatas, efetuam-se verificações, desdobram-se teorias.*” (FOUCAULT, 1972, p. 220). Por meio destas produções discursivas ligadas à utilidade das medidas do Estado e ao valor das trocas, baseados no interesse, cada um podia também se posicionar enquanto trabalhador, habitante do Brasil,

industrial ou não, comerciante ou não, com recursos ou compensações a oferecer ou não, interessado ou interessante para relações de troca ou não.

EMERGÊNCIA DE CLUBES E ASSOCIAÇÕES: EUROPEUS, NORTE-AMERICANOS E BRASILEIROS.

Em sua leitura das sociedades democráticas norte-americanas, Tocqueville (2000), chamou a atenção para o fato de que no primeiro momento de conquista da independência, os homens depositaram enorme confiança em sua própria força. Eles pareciam não desprender esforços para não mostrar que só pensavam em si. Perdiam de vista seus antigos amigos, se ligavam cada vez menos através dos antigos preceitos, ritos, tradições, práticas comuns, colocando-se à parte e voltando sua atenção a si mesmos. Aqueles que pertenciam à base dos segmentos sociais conviveram com a inquietude da independência recentemente adquirida, lançando olhares de triunfo ou temor sobre seus antigos superiores, em direção ao seu afastamento. Muitos entenderam que o isolamento seria a maior garantia de sua duração. Pareciam persistir nas ideias de um tipo de sociedade em que aqueles que pretendessem juntar forças para criar prosperidade comum eram tidos como turbulentos e inquietos, em que os bons cidadãos eram aqueles que se bastavam a si mesmos. Tocqueville (2000) apontou o quanto certos déspotas perdoavam com facilidade aqueles súditos que não o amavam se tivesse a certeza de que estes não se amavam entre si. Estes soberanos nem sequer pediam ajuda para a condução do Estado, bastava-lhes somente que ninguém pretendesse dirigi-lo em seu lugar.

Quando os cidadãos norte americanos se viram forçados a se ocupar de negócios comuns, ou seja, ofícios de que diversas pessoas ou grupos de pessoas se ocupavam, se dedicavam; perceberam a necessidade de se retirarem do meio cerceado que parecia lhes garantir êxito. Percebendo que negócios são tratados eminentemente na relação com os outros, na conexão entre pessoas, se depararam com os limites de sua independência com relação aos outros e, portanto, com a necessidade de prestar-lhes seu concurso. Para Tocqueville (2000), quando o governo passou a ser democrático, a benevolência pública passou também a ter um

preço alto a cada um dos cidadãos. A buscar por se conformar aos interesses daqueles com quem tinham que trocar se quisessem prosperar, em contextos específicos, passou a ganhar maior importância. Não obstante, a busca pela preferência entre os pares levou certos homens a guerrearem entre si, disputando posições, ainda que sob tom elegante ou aparentemente amistoso. Tendo constatado que conquistaram muito pouco por si mesmos, sentiram a impossibilidade de obrigar seus semelhantes a lhes prestar tributos, sendo levados, portanto, a aprender a contribuir uns com os outros. (TOCQUEVILLE, 2000).

Dessa forma, tanto europeus quanto norte-americanos conheceram, continuamente, a importância que as trocas comerciais alcançaram em seu cotidiano a partir do século XVIII, assim como passaram a avaliar a utilidade das práticas de governo público, de seus contatos, conexões, suas práticas cotidianas, a partir de seus interesses individuais. Neste sentido, entende-se que, dentre outros contextos que manifestaram serem favoráveis a tais trocas e relações, clubes e associações não só se mostraram como um terreno fértil para tal pleito, como tomariam lugar de destaque para tais práticas, em certas localidades. Contudo, de que maneira tomaram tal lugar? Qual a peculiaridade de tais modos de se relacionar?

Se ingleses, apesar de realizarem grandes feitos solitariamente, entendiam que as associações eram um poderoso instrumento de ação, tal como as *friendly societies* (PUTNAM, 2006); norte-americanos pareciam ver nestas um dos poucos caminhos disponíveis. As associações norte-americanas configuravam-se a partir da adesão pública de um grupo de indivíduos a determinadas doutrinas e de seu comprometimento em fazê-las prevalecer, direcionando seus esforços em direção a um só propósito comum. Caminhando em direção ao objetivo comum, não precisavam percorrer os mesmos caminhos, mas, necessariamente, aplicar suas vontades, ímpetos, desejos, razão, para o êxito dos propósitos e dos objetivos da associação. (TOCQUEVILLE, 2000). Além disso, no século XIX, França e Itália começavam a conhecer os primeiros efeitos da Revolução Industrial, que demandavam crescentemente novas formas de solidariedade social e economia organizada, já que os dois países assistiam acumular-se antigas chagas como doenças, velhice e acidentes aos riscos de desemprego e fracasso industrial, crises

agrícolas, dentre outros. Após a abolição das guildas e confrarias, principalmente a partir de 1850 na Itália, sob a ameaça de tais turbulências e incertezas, sociedades de mútua assistência emergiram com o escopo de prover despesas com cuidados necessários aos enfermos, idosos, aos falecidos, dentre outras dificuldades sociais e econômicas dos artesãos urbanos. (PUTNAM, 2006).

Ainda sob os efeitos da revolução, alguns franceses do século XIX perceberam a necessidade de substituir o nome desse modelo associativo para “*círculo*”, para que, ressaltando o caráter apolítico das reuniões, pudessem continuar a desfrutar de seus benefícios. O “*recrutamento e seleção*” para o ingresso nos clubes, associações e círculos era feito predominantemente pelos homens e decidido pelos próprios membros a partir de critérios de homogeneidade social, econômica e cultural. Não se admitia mulheres, adolescentes e tampouco crianças, já que a participação em clubes indicava que o jovem já havia se tornado um homem feito, senhor de suas decisões e de seus meios de vida. A sede de cada um deles era essencialmente exterior à residência e convívio familiar, situando-se inicialmente em lugares públicos, em geral tabernas ou cafés, e a partir do século XIX em lugares onde somente os membros tinham acesso. (LENZ, 2002; CHARTIER, 2009). A Sociedade Germana, no Rio de Janeiro, em sua relação estreita com outras sociedades, clubes e associações, viabilizava acessos, contatos, informações, transações. Sob seu abrigo, e em consonância com suas normas internas, devidamente documentadas, até mesmo com relação à proporção de membros com nacionalidades diferentes, dispunha-se de maiores chances de alcançar certos interesses, realizar certas operações comerciais, trocas, exercitar a busca por lucros e aquisições. Contudo, o ingresso de novos membros estava condicionado ao convite e à indicação de algum dos membros efetivos, e a uma certa condição financeira para comprar uma joia sorteada e pagar suas mensalidades e anuidades. Para gozar dos confortos e oportunidades comerciais que dispunham os associados da Germana, era preciso ter certa relação com alguns dos membros para ser convidado, era preciso prestar-lhe concurso, apresentar certas características que favorecessem seu convite, além possuir certa quantidade de riquezas e bens. (BURMEISTER, 1980; EBEL, 1972).

Tratava-se de um mecanismo que separava os indivíduos, fragmentava relações, que forçava os aspirantes a membros da Sociedade, tanto quanto os membros efetivos, a gerenciarem si mesmos, à sua conduta, sua riqueza, seus relacionamentos. Burmeister (1980), em seu relato sobre sua visita ao Rio de Janeiro oitocentista, ressaltou que não pôde conhecer a Germana porque não tinha contato com nenhuma pessoa que viabilizasse tal acesso. No Brasil, no município de Santos, o Clube XV adquiria visibilidade e influência social no início do século XX a partir das conexões que conseguia estabelecer. Fosse entre os membros, fosse com entidades ou personalidades de prestígio. Nas publicações em que aparecia, estavam suprimidos propósitos e anseios individuais, enquanto se destacavam propósitos, objetivos e propostas do clube, do grupo. (LICHTI, 1996).

No ano de 1855, no Rio de Janeiro, em um relatório formalizado, a Sociedade Alemã de Beneficência (SAB) agradeceu à diretoria da Sociedade Germana por ter cedido seu espaço para suas reuniões e atividades. Dos cento e sessenta sócios da SAB, a maioria eram negociantes, sendo composta ainda por artífices e fabricantes. Dentre as diversas atividades desempenhadas, essa associação se propunha a atender todos os súditos e cidadãos alemães, independentemente de sua confissão religiosa. Tal escopo tomou papel central devido ao fato de que desde 1820, uma geração de imigrantes que chegaram com suas mulheres e filhos, faleceram deixando viúvas e órfãos sem direção ou qualquer amparo. Privando-se de atender aqueles que considerava preguiçosos e alcoólatras, a SAB atendia portanto, e preferencialmente, pobres, idosos enfraquecidos, viúvas, órfãos, não só com auxílio financeiro, mas intermediando empregos junto aos empreendedores, negociantes, comerciantes e autoridades associados ou não. Além disso, ainda com os devidos parâmetros morais e educacionais, construindo a escola fundamental para crianças alemãs juntamente à Igreja Evangélica Alemã (IEA), que contava com a participação do pastor no ensino. (LENZ, 2008).

Ludwing Neumann, o primeiro pastor da IEA, tomou posse de seu cargo ainda em 1837, se associando dois meses depois à Sociedade Germana. Sua atuação na associação foi muito além daquelas comumente desempenhadas pela maioria dos membros e, tendo sido eleito diretor em 1839, Ludwing assumiu o

cargo com afinco. Meses depois a frequência e o convívio aumentaram notavelmente entre os associados que, em sua maioria, eram contribuintes de seu salário. Tragicamente, após seis anos de participação intensa na sociedade, Neumann faleceu em um naufrágio tendo sido substituído pelo pastor Georg Friedrich Avé-Lallemant. Este, considerado conservador e sisudo, manteve-se mais afastado do convívio com os associados da Germana durante seu mandato, e teve sua postura replicada pelos seus sucessores até o ano de 1880. (LENZ, 2008).

Na década de 1840, o pastor Hoepffner já destacava as graves crises internas enfrentadas pela sua comunidade, e que só se intensificaram nos anos seguintes. Uma das maiores crises aconteceu quando os membros da IEA se ausentaram na assembleia ordinária anual. Naquele ano um novo presbítero deveria ser eleito, mas, sem a presença dos fiéis, o cônsul prussiano Leo Theremin assumiu temporariamente a condução das questões administrativas da igreja. Semelhantemente, no mesmo ano, a SAB chegou a carecer de um número mínimo de membros para a realização da reunião ordinária. Na década seguinte a frequência de alemães na Sociedade Germana diminuiu drasticamente, tendo um número de sócios alemães muito inferior aos de outras nacionalidades. (LENZ, 2008).

A Associação Germana, a SAB e a IEA foram frequentadas com maior fervor pelos seus membros no período em que o pastor Ludwing Neumann atuou nestas energicamente. Dedicava-se com o mesmo esmero das atividades pastorais às atividades da Germana, que era frequentada pela maioria dos homens que participavam das atividades da Igreja e que compunham parte de seu salário. Nesse sentido, o pastor prestou concurso e comprometeu-se assiduamente com a direção da sociedade recreativa Germana, de forma útil, vantajosa para aqueles com que manteve vínculos. Neumann dispôs-se a estabelecer certo tipo de relação com os membros da associação que lhe permitiu certas trocas, mesmo com relação às atividades da igreja, de tal maneira que ao menos dois propósitos comuns da IEA foram atendidos: a frequência de “fiéis” e os recursos e acessos necessários para a construção e manutenção da escola. A Germana, por sua vez, disponibilizava suas instalações para atividades da SAB, que, como foi visto, chegou a prestar gratidão de forma oficial em um relatório anual. E a Sociedade

Beneficente não ajudava aqueles que julgasse preguiçosos e alcoólatras, evidenciando as condições de sua benevolência e de generosidade, manifestando as positivities a partir dos quais cada um poderia passar a avaliar, julgar, classificar a si mesmo e aos outros. A cada relação pontual, um conjunto instável, e por vezes efêmero, de “Genuínos Princípios de Sociabilidade” parecia se articular através de relações diversas. (LENZ, 2008).

Nos vínculos parentais, marcava-se a diferença dos efeitos das opções dos cônjuges, a escolha de parceiros para firmar uma união matrimonial manifestava resultados nítidos para quem observasse, no que diz respeito a mudanças de vida, dos acessos, recursos, riquezas, bens, daqueles que se casavam com determinadas pessoas, fosse para melhor ou para pior. Informalmente constituía-se um conjunto de positivities que permitiam a cada um avaliar seus vínculos, conexões, avaliando, portanto, a si mesmos, no que diz respeito a sua utilidade, às vantagens que pode oferecer para os outros; e aos outros, avaliando as vantagens que pode obter se relacionando com algumas pessoas e as desvantagens que certos relacionamentos poderiam oferecer. A Sociedade Germana demarcava formal e informalmente as condições para o ingresso de membros, selecionando indivíduos que possuíam certa quantidade, e qualidade, de bens e riquezas por um lado, através do contrato inicial para ingresso no clube; e por outro lado através do convite de indivíduos por membros já efetivos. A Germana operava o funcionamento de uma gestão das relações na medida em que, além das condições formais relacionadas à quantidade de bens e riquezas, estabelecia como condição de ingresso o convite por parte de alguns dos membros, demandando que o candidato a membro já mantivesse certa relação de confiança com alguns dos membros e que fosse interessante a estes. Novamente relações de avaliação e intervenção de cada indivíduo sobre si mesmo e sobre os outros se firmava. Articulando esta mesma gestão das relações, a SAB declarava formalmente que não prestaria ajuda àqueles que manifestassem algum “problema” com bebidas alcoólicas ou que se mostrassem preguiçosos. Não por acaso, grande parte dos empregos e abrigos que a SAB conseguia para aqueles para quem prestava auxílio eram obtidos por membros da Germana e por fiéis da IEA, dois dos principais espaços frequentados por Alemães possuidores de bens, riquezas e acessos no Rio

de Janeiro oitocentista, principalmente no período em que o pastor Newman tivera sido mais atuante. Ou seja, as adequações eram demandadas para que se conseguisse ser auxiliado pela SAB naquele período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Norbert Elias (1994) afirma em sua tese sobre a sociedade dos indivíduos, que nas sociedades industrializadas e densamente habitadas os indivíduos tem maior necessidade e capacidade de ficarem a sós ou aos pares, sendo que a exigência de escolher entre muitas alternativas, trajetórias e alianças tornou-se em pouco tempo um hábito. A multiplicação das oportunidades de buscar a realização dos anseios pessoais, baseando-se em suas próprias decisões, demanda de cada um não só persistência e planejamento, mas o abandono das chances momentâneas de felicidade em detrimento de metas a longo prazo que ofereçam possibilidades de satisfação mais duradoura. Nesse sentido, a abundância de oportunidades equipara-se às abundantes possibilidades de fracassos, e a quantidade de oportunidades perdidas equipara-se com as alternativas entre as quais se pode e deve optar. Comportamentos, relacionamentos e alianças passaram a ser fundamentais na busca da realização pessoal. Para Elias (1994) os atributos humanos positivamente avaliados na escala de valores sociais são intimamente vinculados àquelas características que recebem avaliação negativa, de tal maneira que o controle do comportamento empenhado pelos outros, uniu-se a um crescente autocontrole por parte dos indivíduos, que se esforçam para minimizar ou ocultar os aspectos negativamente avaliados, expandindo tal expediente a todas as esferas de suas vidas. Trata-se de uma gestão de si e dos outros que aos poucos cada um aprende a exercer nas diversas esferas da vida cotidiana.

Em sua tese, Tocqueville (2000) estabeleceu uma afirmação verificável nas práticas e espaços aqui estudados, ou seja, que a regulação capilar e abrangente da vida dos indivíduos não era, e ainda não é, exercida apenas pelo Estado em atenção às demandas da economia e da política, mas é solicitada massiva e continuamente

pelos indivíduos livres. Referindo-se ao comportamento social nos Estados Unidos do século XIX, o autor classificou de “ditadura da opinião pública” essa poderosa força que conseguia se contrapor até mesmo à ideias majoritárias. (FIGUEIREDO, 2007). Nos clubes e associações do Brasil oitocentista, verificados aqui, a opinião e os interesses relativos à produtividade e ao acúmulo de bens e riquezas fundamentavam o controle da conduta daqueles que optassem ou necessitassem destes espaços, e das relações e alianças que estes abrigavam, para a realização de seus anseios pessoais. Fazia-se funcionar certo tipo de relação dos indivíduos com os outros e consigo mesmos, sendo que tal prática provocou, dentre outros efeitos, o funcionamento e o desenvolvimento de determinadas formas de ver e viver compatíveis com as necessidades de expansão do liberalismo no país.

A separação e a individualização passaram a se tornar uma necessidade e um hábito que se capilarizou nas relações sociais disseminando este modo de ser liberal que precisou, e precisa, também separar, dividir e conter a delinquência, a ociosidade, a loucura, a doença, a violência, a morte etc. (FOUCAULT, 1979). O liberalismo, que teve como correlatas as instituições disciplinares no século XIX na Europa, se estabeleceu também no Brasil de tal modo a fazer com que os sujeitos não só aprendessem a (con)viver e (re)produzir estratégias de separação, de gestão das relações e de individualização relacionadas a positivities liberais, mas que passassem a reivindicá-las nos mais diversos aspectos da vida cotidiana. (TOCQUEVILLE, 2000). O assujeitamento e o exercício da gestão das relações sociais passaram a constituir o cotidiano dos brasileiros a partir do século XIX e foram continuamente incrementados durante os séculos XX e XXI a partir do acesso e do uso das tecnologias de comunicação, configurando ainda as formas de se relacionar mediadas por equipamentos, plataformas e serviços de comunicação, que parecem oferecer um amplo instrumental para a gestão dos relacionamentos. A verificação da emergência deste modo de se vida caracterizado pela gestão nos relacionamentos se faz necessário para a compreensão, a intervenção e revisão das formas de se relacionar contemporâneas, que no limite respaldam e reivindicam a separação, vigilância, punição e morte de indivíduos inadequados em determinadas medidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILE DE ANIVERSÁRIO NO CLUBE XV. *Folha da Noite*, p.7, São Paulo, 01, junho, 1932.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 1980.

CHARTIER, Roger. *A Comunidade, o Estado e a Família. Trajetórias e Tensões*. In_ CHARTIER, Roger (Org.). *História da Vida Privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Nacional, 1972.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FIGUEIREDO, Luíz Cláudio Mendonça. *A Invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação*. São Paulo: Escuta, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *O Sujeito e o Poder. Apêndice da primeira edição (1982)*. In: **DREYFUS**, Hubert L.; **RABINOW**, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

HANIFAN, Lyda Judson. *The rural school community center*. *Annals of the Academy of Political and Social Science*, v. 67, p. 130-138, 1916.

HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editora Presença, 1981.

LENZ, Sylvia E. . *A sociabilidade alemã no Rio de Janeiro: a Germania, a Igreja Evangélica Alemã e a Sociedade Beneficente (1821-1863)*. *Jahrbuch Für Italienisches Recht*, Böhlau Verlag, v. 39, p. 103-124, 2002.

LENZ, Sylvia E. *Alemães no Rio de Janeiro: Diplomacia e Negócios, Profissões e Ócios*. Bauru, SP: Ed. Edusc, 2008.

LICHTI, Fernando Martins. **Poliantéia Santista**. São Vicente, SP: Editora Caudex, 1996.

LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a prosperidade do estado civil pelos liberaes princípios da nova legislação do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?fq=dc.subject:%22Economia+-+S%C3%A9c.+XIX+--+Brasil%22> . Acessado em: 12 de fev. 2012.

POLÍTICA. Rio de Janeiro: Correio Brasiliense. Ago, 1822. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/060000-174#page/1/mode/1up>. Acessado em: 24 de jun. 2012.

PUTNAM, Robert D.. *The prosperous community: Social capital and public life*. American Prospect. 13: 35-42, 1993.

PUTNAM, Robert D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.

PUTNAM, Robert D.. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. São Paulo: Editora Hemus, 2007.

MOTA, S. T. *Individualismo Conectado: governo de si e dos outros nas redes sociais*. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS. Folha da Manhã, p. 6, 14, junho, 1950.

SARAUS E FESTIVAIS. Folha da Noite, p. 5, São Paulo, 17, março, 1932.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.